

Dívida pública bruta sobe a 77,8% do PIB em junho

Dívida pública bruta do país vai a 77,8% do PIB em junho

Indicador de solvência acumula alta de 3,4 pontos percentuais no ano

Nathalia Garcia

BRASÍLIA A dívida bruta do Brasil atingiu 77,8% do PIB em junho, aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta segunda-feira (29).

Esse é o maior patamar desde novembro de 2021, quando o indicador correspondia a 78,2% do PIB. No ano, o aumento acumulado é de 3,4 pontos percentuais do PIB. No mês passado, o saldo da dívida bruta ficou em R\$ 8,7 trilhões.

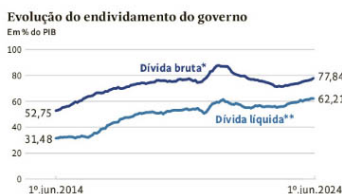
A dívida bruta — que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais — é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

De acordo com o BC, a variação mensal foi puxada para cima pelos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 ponto percentual), pelas emissões líquidas (alta de 0,6 ponto) e pelo efeito da desvalorização cambial (elevação de 0,3 ponto). O resultado também é composto pela variação do PIB nominal, com redução de 0,4 ponto percentual.

Pelas projeções do Executivo, a dívida bruta continuará subindo até 2027, quando alcançará 79,7% do PIB, para só então começar a cair lentamente até 74,3% do PIB em 2034 — ainda assim, patamar semelhante ao observado ao término de 2023 (74,4%).



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Pablo Porcián/Ansa - 26.jul.24/AF/



* Compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais
 ** Setor público consolidado (inclui empresas estatais não financeiras)
 Fonte: Banco Central

Haddad sai em férias até o dia 8

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está em férias até o dia 8 de agosto. O secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, responde pelo ministério na ausência do titular. Haddad entrou de férias no sábado (27), após cumprir agenda ao longo das últimas semanas em São Paulo e no Rio, onde participou do G20.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,2% do PIB em junho (saldo de R\$ 6,9 trilhões), elevação de 0,1 ponto percentual. Esse é o maior nível desde setembro de 2022, quando estava em 62,4% do PIB. Em 2024, o aumento é de 1,3 ponto percentual do PIB.

A tendência de alta do endividamento do governo reflete o peso das despesas previdenciárias, que cresceram ao longo do primeiro semestre. Outra despesa que teve aumento expressivo é o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Os gastos com benefícios previdenciários e BPC estão na mira do governo Lula (PT), que pretende fazer um pentefeito nessas políticas.

Conforme a metodologia do BC, o setor público consolidado brasileiro fechou junho com um déficit primário de R\$ 40,9 bilhões, ante déficit de R\$ 48,9 bilhões no mesmo mês do ano passado (diferença de 16,4%).

O montante engloba os resultados de governo central (Tesouro, BC e Previdência), governos estaduais e municipais e de empresas estatais.

O resultado de junho refletiu déficit de R\$ 40,2 bilhões do governo central (melhora e 13,5% na comparação interanual), mesmo com expansão das receitas federais, e de R\$ 17 bilhão das estatais. Os estados e municípios, por sua vez, tiveram superávit de R\$ 1,1 bilhão.

No critério nominal, que inclui as despesas com juros, o resultado do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 135,7 bilhões em junho.

No dia 22, o governo reviu suas estimativas para o Orçamento de 2024 e elevou a projeção de déficit no ano para R\$ 28,8 bilhões, limite máximo permitido pela margem de tolerância da meta fiscal, cujo alvo central é zero.

No mês passado, os juros corresponderam a R\$ 94,9

bilhões. Comparativamente, em junho de 2023, o montante foi de R\$ 40,7 bilhões. O salto na comparação interanual foi influenciado pelo resultado das operações de swap cambial, considerando a perda de R\$ 28,6 bilhões em junho deste ano e o ganho de R\$ 25,5 bilhões no mesmo mês de 2023.

"Lembrando que, no mês de junho, houve depreciação cambial de 6,1% que é a responsável pela perda com swaps", destacou o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha.

Os resultados das operações de swap cambial também explicam o aumento na conta de juros nominais no primeiro semestre em comparação com o mesmo período de 2023. No acumulado de janeiro a junho, foram R\$ 454,8 bilhões, ante R\$ 337,3 bilhões no primeiro semestre do ano passado.

Segundo Rocha, da alta em termos nominais de R\$ 117,5 bilhões, R\$ 112 bilhões devem-se ao resultado de swaps.

A dívida pública bruta do Brasil subiu mesmo com a estratégia mais cautelosa do Tesouro Nacional em um cenário de maior aversão ao risco e de desconfiança quanto à disposição do governo com o equilíbrio das contas públicas.

O volume de emissões em leilão de oferta pública foi de R\$ 76,59 bilhões em junho — valor baixo em comparação com a média dos cinco primeiros meses do ano (cerca de R\$ 144 bilhões ao mês). O dado foi divulgado pelo Ministério da Fazenda nesta segunda.

A desconfiança dos investidores fez com que a União freasse a captação de recursos no mês de junho. Esse movimento levou o governo a recorrer a uma reserva de liquidez, conhecida como "colchão da dívida", para honrar obrigações com os investidores.

Atualmente, o colchão da dívida está em R\$ 1,1 trilhão, nível suficiente para garantir o pagamento dos próximos 8,2 meses de vencimentos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: p Pagina: 1